

# OS PIQUIZEIROS DA CHAPADA DO ARARIPE<sup>1</sup>

Claudio Ubiratan GONÇALVES<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo traz a lume o modo singular de produção do piquizeiro, seu tempo-espaço organizado de acordo com a roça e a mata. Ressalta também a ação de instituições do Estado e os conflitos daí decorrentes. Pretendemos compreender a forma de vida organizada em comunidade e a ideologia do empreendedorismo em contexto de política neoliberal.

**Palavars-chave:** questão agrária, conflito territorial, comunidade, espaço agrário, campesinato

## ABSTRACT

The present article analyses the singular way of the piquizeiro production from Chapada do Araripe, Ceará, and their time-space organized according to agriculture and forest. It also treats action of State institutions and the emerging conflicts. We intend to comprehend life way organized in community and empreendedorism ideology in context of neoliberal politics.

**Key words:** agrary question, territorial conflict, community, agrarian space, peasant

*O Brasil não é o gigante que dorme, dos tropos das plataformas políticas.  
É antes um grande corpo, que caminha às cegas, capaz de destruir-se a si próprio.  
O problema brasileiro é mais que tudo, no momento presente,  
um problema de coordenação de cultura (LOURENÇO FILHO, 1926:18).*

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A citação acima é uma das reflexões iniciais que Lourenço Filho abre em sua obra “Juazeiro do Padre Cícero” durante as primeiras décadas do século XX. Na época, o livro, que ainda não era um clássico, além de revelar o escritor rendeu prêmios na

---

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte das reflexões de minha tese de doutorado. Agradeço as observações críticas de meu orientador Prof. Dr. Jacob Binsztok e as valiosas colaborações dos professores Jorge Luiz Barbosa e Ruy Moreira, ambos da UFF, Profa. Regina Bruno do CPDA/UFRRJ e Prof. Levi Sampaio da Universidade Federal do Ceará.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia PPGEU/UFF (Ênfase em Ordenamento Territorial e Ambiental) e Prof. Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: birarural@ig.com.br

Academia Brasileira de Letras e na Academia Paulista de Letras. O que chamou a atenção do autor, que veio ao Ceará com a incumbência de reorganizar o ensino público do Estado, foi a singularidade do ambiente geográfico, suas condições econômicas e a vida cultural da região. Mais importante que o resultado de suas pesquisas foi o seu empenho e interesse de interpretação daquela porção sertaneja no esforço de explicação do Brasil.

É para este sertão que nos voltamos no presente artigo, onde assistimos, na primeira década do século XXI, ao crescente interesse de empresas, pesquisadores, agências mediadoras do Estado, segmentos da Igreja Católica e movimentos sociais em torno da temática das populações tradicionais e reservas extrativistas florestais. Seja pelo re-conhecimento dos extrativistas que já se fazem notar ou pela identificação por parte do Estado, o fato é que o assunto ganha relevo e avança no sentido da reivindicação e da elaboração de políticas públicas dirigidas para este setor. Mas afinal, qual a relação do Juazeiro do Padre Cícero retratado por Lourenço Filho de uma outra época e o Araripe das populações tradicionais de hoje?

Esta é uma questão que ainda permanece pouco trabalhada no âmbito das ciências humanas e sociais. Não pretendo aqui aprofundar o assunto ou pretensiosamente realizar outra interpretação antropogeográfica sobre a região, mas apontar pistas e traçar itinerários geográficos que vão além dos assuntos já abordados à exaustão, como a violência dos cangaceiros e dos jagunços nos sertões e o fanatismo de movimentos messiânicos localizados. É nosso intuito saber como o migrante e romeiro do Padre Cícero aceitou as orientações e conselhos de seu padrinho e territorializou a experiência comunitária do catador de piqui da Chapada do Araripe. Será que o migrante-romeiro se tornou o piquizeiro? Como ocorreu este processo?

## **2. LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO**

Cacimbas é uma comunidade que abriga cerca de 275 famílias e está situada no platô da Chapada do Araripe a uma altitude de aproximadamente 600m, a três quilômetros da rodovia estadual CE-060 que liga o estado do Ceará ao de Pernambuco. Localizada no município cearense de Jardim a comunidade de extrativistas do piqui é uma das maiores e mais antigas dentre as demais comunidades que fazem parte da Floresta Nacional do Araripe (FLONA) e da Área de Proteção Ambiental do Araripe (APA-Araripe).

A gênese do habitat deste agrupamento social está inspirada nas ações e sermões do Padre Cícero, principal responsável pela difusão de um sentimento de união e de organização material comunitária. Quando Padre Cícero recomendou que os romeiros habitassem as matas da Chapada do Araripe estava ali reproduzindo o padrão Juazeiro<sup>3</sup>, do qual Cacimbas também é uma extensão. O padrão Juazeiro permitiu e ainda hoje permite o convívio contraditório da solidariedade e do conflito, num ambiente de permanente estado de tensão.

O conflito entre Comunidade e Estado pode vir a aumentar conforme os tipos de secas periódicas no alto da Chapada, ou pelo aumento do quantitativo de desemprego nas áreas urbanas do eixo CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), ou pelas pontuais e ineficazes intervenções das agências mediadoras do Estado, como, Banco do Nordeste S.A (BNB) ou Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Desse modo, o permanente ambiente de solidariedade e conflito entre o Estado, através de seus projetos, e a Comunidade funciona com base em dois objetivos: 1) possibilitar o elemento de ligação de todos habitantes da comunidade, funcionando como espécie de principal incentivador da coesão social e espacial pela tolerância e pelo convívio com a diversidade de seus indivíduos; 2) Carrear melhorias e benfeitorias para a comunidade de moradores de Cacimbas, como créditos a juros baixos, saneamento básico, transporte coletivo e construção de centros de apoio à cultura.

A forma de ordenamento indicada pelo sacerdote para ocupar as terras do alto da Chapada do Araripe foi uma atitude acertada, pois não era interesse daquelas poucas famílias migrantes alagoanas residirem na cidade, visto que eram agricultores e queriam continuar no trabalho do roçado.

É importante observar uma diferenciação de áreas que ocorre por parte do piquizeiro, pois ele denomina a Chapada, de Serra e as encostas e vales de Cariri. A Serra é terra de feijão e mandioca, dieta básica das famílias do Araripe, que também acrescentam periodicamente o piqui, que substitui muitas vezes a carne na dieta alimentar.

Os primeiros anos, de 1910 a 1930, foram atravessados com muitas dificuldades, amenizadas à medida que desenvolviam o aprendizado de convivência com o novo ambiente, observando a natureza do lugar e conhecendo as espécies da fauna e da flora. Além, é claro, de observarem os conselhos do Padre Santo. Naquelas terras de relativo

---

<sup>3</sup> A respeito do Padrão Juazeiro e Padrão Caldeirão consultar GONÇALVES (2004).

isolamento o perigo se apresentava constante e a possibilidade de violência era iminente, apesar dos cangaceiros respeitarem o território influenciado pelo patriarca do Juazeiro.

### **3. O USO DO PIQUI E O ESPAÇO VIVIDO DA ROÇA E DA MATA**

O deslocamento dos piquizeiros no território respeita a sintonia entre duas lógicas diferenciadas e complementares no semi-árido. Uma voltada para o tempo e outra para o espaço. Para o tempo quando diz respeito ao referencial das estações do ano (inverno e verão), e para o espaço quando se refere à morada entre a casa no povoado e o barraco no acampamento na mata erguido com lona e galhos secos de árvores colhidos da própria floresta do Araripe.

O piqui (*Caryocar Brasiliensis*, Cambess) da família das Cariocariáceas é uma árvore nativa e seu porte é muito variável, podendo atingir mais de 6 metros de altura. O indígena lhe chamava de “Pyrantecaira”, isto é, o que dá vigor e força. O período de floração e frutificação vai de dezembro a abril, muitas vezes chegando a maio. Costumam aparecer algumas frutas, chamadas de temporão, em outras épocas do ano. Rico em vitaminas A e E, é apreciado e utilizado de diferentes formas:

- a) Terapêutica – As folhas do piquizeiro são empregadas para regularizar o fluxo catamenial. O óleo é utilizado em afecções do couro cabeludo, dores reumáticas, doenças bronco-pulmonares, asma e raquitismo. Também é aplicado nos cortes e inflamações dos animais;
- b) Comercial – sua madeira é muito utilizada em trabalhos de marcenaria devido ao seu brilho natural, que dispensa o uso de verniz. O pericarpo do piqui é rico em tanino, com que se fabrica produto tintorial para tecidos de algodão. Com seu óleo faz-se sabão, cosméticos e lubrificante de máquinas;
- c) Culinária – o uso na alimentação difere de lugar para lugar. No Cariri é usado no feijão, no mucunzá, no baião-de-dois, na piquizada.

Segundo a tradição dos catadores/coletores de piqui, o bom inverno corresponde ao período de chuvas e o verão ao período das secas. O tempo de duração dos barraqueiros/acampados na área da floresta dependerá da relação em torno das chuvas e das secas. Quando o inverno do ano anterior é bastante chuvoso, a safra do piqui do inverno seguinte costuma ser abundante, produtiva e rentável.

Apesar de estarem referenciados no centro do povoado de Cacimbas, onde estão situadas suas casas e os principais equipamentos, tais como escola, poço profundo,

barreiro, caixa d'água, sede da associação dos moradores, fábrica de beneficiamento do piqui, templo da Igreja Católica e cemitério, os habitantes desenvolveram uma forma diferenciada de relação com o espaço da floresta do Araripe e entre si. Não se trata de uma idéia de oposição entre roça e mata e sim de uma idéia de extensão e de continuidade onde a floresta e as terras de roça são complementares e fazem parte do ciclo anual espaço-tempo dos piquizeiros. Na verdade, esta relação denota os princípios ecológicos de Cacimbas com a natureza e sua integração nas relações sociais e nas forças produtivas em comunidade.

Na atualidade, o sistema de barracas conta com apoio da prefeitura do município de Jardim que disponibiliza, além dos carros-pipas para transporte de água, a assistência médica e o transporte escolar. O funcionamento desta “mini-cidade” em plena floresta só é possível graças ao seu modo de organização, à atuação de suas lideranças e ao poder de pressão política exercido sobre a prefeitura.

No aspecto da produção econômica identificamos, no discurso das principais lideranças dos moradores, a apropriação de uma certa visão liberal do empreendedorismo competitivo, difundida a partir dos cursos de capacitação e intercâmbio das agências de desenvolvimento como: BNB, SEBRAE, ou do IBAMA. Ou seja, os piquizeiros trabalham por conta própria com apoio e suporte familiar, traços da herança ancestral, e possuem uma relativa liberdade e poder de decisão por conta da ausência da figura do patrão, com a possibilidade de imprimir um ritmo próprio ao seu modo de acumulação.

Esta relação de mudança de moradia por um período aproximado de três a quatro meses no ano aponta estratégias de relação de sobrevivência e de exploração econômica da natureza e revela uma dinâmica de mobilidade espacial comum à reprodução dos agrupamentos sociais do Araripe. Entretanto, quando comparado com o dos habitantes do Vale do Cariri, o modo de vida do piquizeiro torna-se singular devido ao período que transforma a natureza em seu habitat. Esta é uma das diferenças fulcrais do homem da Serra e do homem do Vale.

#### **4. O ORDENAMENTO DA PRODUÇÃO E O CICLO ANUAL ESPAÇO-TEMPO**

Neste sentido, compreender as lógicas de ordenamentos e organização do tempo e do espaço da população piquizeira é compreender a relação que é desenvolvida em duas dimensões. A primeira dimensão envolve a relação com as terras de mata e as terras de

roça. A segunda dimensão, por sua vez, que está relacionada com a primeira, trata da organização política da comunidade e das implicações decorrentes do modo como realiza o uso e a apropriação da natureza. Neste sentido é fundamental considerar a relação com os espaços de representação política onde são exercidos o poder de liderança e a presença de órgãos do Estado, como a FLONA-Araripe gerenciada pelo IBAMA, e os conflitos daí decorrentes.

Não obstante, é preciso compreender que a criação da Floresta Nacional do Araripe pelo decreto 9.226 de 1946 do então presidente Eurico Dutra fazia parte de uma estratégia de intervenção localizada e de controle do poder central nas áreas que ameaçassem a incipiente unidade republicana<sup>4</sup>. Entretanto, a criação da FLONA não garantiu de fato a presença do Estado na gestão da floresta. Somente em meados da década de 1980, ou seja, 40 anos depois, ocorreu uma retomada das ações e a presença do Estado, seja pelo crescente uso do discurso preservacionista com relação ao meio ambiente, seja pelo aumento de demandas por políticas públicas por parte dos sujeitos sociais envolvidos.

Desse modo, qualquer forma de intervenção das agências estatais que leve em conta um mínimo de eficiência e bom senso necessitam considerar o ordenamento da produção e o ciclo anual espaço-tempo já existente referenciados na relação com as terras de mata e as terras de roça da população piquizeira. Assim, é possível estabelecer uma relação do uso do piqui como parte do sistema de produção da população tradicional do Araripe e a organização de seu modo de vida com suas múltiplas interações com a natureza.

Quando traçamos o ciclo anual da produção da comunidade de Cacimbas, percebemos que na primeira fase, referente aos meses de janeiro a abril, ocorre a concentração de atividades que demandam maior uso da força de trabalho. Dependendo da ocorrência de secas no ano anterior, associada ao regime de chuvas abundantes no período subsequente, teremos uma boa safra do piqui e a conseqüente necessidade da mão-de-obra familiar em todas as etapas do trabalho extrativista. Simultânea à coleta do piqui, temos a plantação das culturas de milho e feijão, seguida da limpa e da colheita.

---

<sup>4</sup> Não podemos deixar de lembrar que uma década antes, (1930), no interior da floresta do Araripe foi criada a comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto guiada pelo Beato Zé Lourenço. Sua organização afrontou interesses locais. Com isso, setores da Igreja e Chefes Políticos da região foram favoráveis aos ataques militares e incentivaram as perseguições por parte das forças do Exército Brasileiro. O ataque foi autorizado pelo Ministro da Guerra da época, General Eurico Gaspar Dutra. Em poucos anos a comunidade foi eliminada em seus fundamentos.

A mandioca também é colhida neste mesmo período e não é desprezível sua importância como dieta alimentar a partir do fabrico da farinha.

No período de maio a junho temos a coleta da faveira - parte dela é exportada para São Luis/MA pela MERCK e a outra é comercializada nos mercados municipais de Crato, Juazeiro e Barbalha; uma quantidade menor é armazenada para uso medicinal das famílias da comunidade.

Na terceira fase temos o período em que ocorre, de forma mais intensa, o deslocamento de trabalhadores, em alguns casos com as suas respectivas famílias, para o trabalho na fruticultura irrigada dos estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco, e também para a agroindústria canavieira de São Paulo. A migração para o trabalho nas agroindústrias paulistas ocorre em forma de recrutamento por intermediários, também conhecidos por “Gatos”, encarregados de embarcar a mão-de-obra em seu lugar de origem e desembarcar no local de trabalho. Enquanto boa parte da população que migra para Petrolina e Juazeiro é composta por casais que se deslocam por conta própria, no caso de São Paulo a maioria dos migrantes são homens jovens e solteiros.

Aqueles que não migram, sejam aposentados, crianças ou outros trabalhadores, desenvolvem atividades como o trabalho na condição de agregados em fazendas de municípios bem próximos como Exu, Serrita, Cedro e Ouricuri em Pernambuco. Outros ainda trabalham como assalariados em fazendas dos municípios da fronteira cearense, ou na construção civil dos espaços urbanos do triângulo CRAJUBAR<sup>5</sup>.

Na última fase, no período que compreende os meses de outubro a dezembro, o ciclo produtivo se completa com a migração de retorno, preparo das terras das roças e organização das famílias na coleta da safra do piqui.

Dessa forma, constatamos que a lógica que permeia o ciclo produtivo da comunidade está referenciada nos ciclos do tempo da natureza. Na verdade, as terras da floresta correspondem ao espaço comunal onde as relações de parentesco ou compadrio contribuem significativamente na coesão do grupo e na organização das atividades econômicas de coleta, seleção e comercialização do produto.

É visível nas relações entre comunidade e floresta o conhecimento profundo dos ciclos da natureza. Tais ciclos apontam os caminhos da elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais acumulados em forma de saber. Estes saberes são transferidos através da observação atenta da dinâmica da floresta e da oralidade, como

---

<sup>5</sup> Conurbação dos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

bem ilustrou em seu estudo DIEGUES & ARRUDA (2001). Neste caso, o meio ambiente passa a ser compreendido na relação com o espaço de trabalho do piquizeiro e no entendimento da relação de uso e apropriação da natureza. Temos a relação e o saber acumulado entre homens - floresta - animais.

## **5. A COMUNIDADE E O ESTADO: AMBIENTE DOS CONFLITOS**

Desse modo, a concepção de ordenamento do IBAMA consistiu na identificação das comunidades, visitação aos acampamentos, monitoramento e intervenção por meio de educação ambiental e tentativa de inserção das comunidades no mercado.

O IBAMA assumiu a seu modo o papel de principal agente ordenador ambiental do território desconsiderando o ordenamento e a organização do tempo e do espaço já existentes dos piquizeiros. Identificadas as comunidades, formulados os projetos e assessorados pelo setor jurídico, o passo seguinte dado pelos técnicos do IBAMA foi a busca de parcerias com as Prefeituras Municipais de Barbalha e Jardim, FNS, CENTEC, BNB, URCA, SEBRAE, IBENS<sup>6</sup> e Associação dos Moradores de Cacimbas. A ordem idealizada pelo IBAMA com obrigações e deveres para todos os parceiros direcionou as atividades de educação ambiental para o mercado como principal meio de melhoria de vida para a população tradicional.

A visão equivocada dos mediadores do Estado reside na incompreensão do ordenamento ecológico; conforme ressalta LEFF et al (2002), o ordenamento ecológico e de seus processos produtivos é operado através da complementaridade de espaços territoriais e de ciclos ecológicos. Ou seja, o Estado não percebe a interação do piquizeiro com as estações do inverno (período de chuvas) e do verão (período de secas); a distribuição anual das diferentes colheitas selecionadas por padrões de crescimento diferenciados e pelas condições de tempo atmosférico de cada estação; o uso integral de plantas específicas e o manejo integrado de variedades genéticas de diferentes espécies.

Se o Estado visse no piquizeiro um potencial aliado na fiscalização contra caçadores, madeireiros e pecuaristas que praticam a queimada da floresta a fim de expandir suas áreas de pastagens, as condições dos agroecossistemas do Araripe poderiam ser melhores. O piquizeiro não é uma folha de papel em branco em que o

---

<sup>6</sup> FNS - Fundação Nacional de Saúde, CENTEC - Centro de Tecnologia, BNB - Banco do Nordeste do Brasil, URCA - Universidade Regional do Cariri, SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas, IBENS - Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis.



Estado escreve seus projetos de acordo com as conveniências econômicas. O piquizeiro mais do que ninguém tem interesses em conservar a floresta, pois ela é o seu lugar de morada.

A gênese de conflitos existentes entre técnicos e piquizeiros reside exatamente na compreensão diferenciada da natureza. Os primeiros assumem, com o aval do aparelho jurídico, a prerrogativa de fiscalizadores do espaço natural da floresta e defendem um meio ambiente intocável e sinônimo de reserva de valor para o Estado. Os piquizeiros, por sua vez, habitam o espaço de seus ancestrais onde retiram além dos alimentos, os símbolos de suas crenças e reproduzem suas estratégias de re-existência a partir de sua descendência. De acordo com GONÇALVES (2001), quando analisa os seringueiros e castanheiros da Amazônia brasileira, resistir é lutar não somente contra a deflorestação, mas lutar por uma nova forma de re-existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, atuar e pensar.

Para os moradores da comunidade, os limites territoriais para coletar o fruto do piqui dependerão das áreas de sua ocorrência. Ou seja, o piqui por ser nativo não pode ser cercado ou controlado podendo ser coletado onde ele estiver, não havendo distinção de espaço privado ou público. Embora o IBAMA tenha proibido os piquizeiros de acamparem no interior da floresta, eles arranjam um meio de manter o costume e o modo prático de acampar bem próximo à mata, na margem da rodovia CE-060 que liga o Ceará a Pernambuco. Entraram em acordo com um político local que possui áreas próximo ao lugar onde coletam o piqui e armaram seus barracos.

## **6. O EMPREENDEDORISMO COMO IDEOLOGIA**

Entendemos a ideologia do empreendedorismo como o conjunto de idéias e de valores tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos voltados para investimentos econômicos num contexto de competição do mercado. Neste aspecto o IBAMA, com apoio de parceiros, prefere empreender esforços em projetos que não favorecem a autonomia política e conseqüentemente a econômica, denominando os mesmos de “Negócios Sustentáveis”.

Outro caminho possível na direção da autonomia política e do desenvolvimento sustentável pode ser o fortalecimento da organização da comunidade em Reserva Extrativista (RESEX). Existem propostas de Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável sob a categoria de RESEX para diferentes realidades socioambientais. Esta

garante o acesso à terra, conserva os meios de vida, a cultura e os recursos naturais de sustento da comunidade em suas atividades extrativistas e de subsistência.

Dentre as alternativas incentivadas pelos parceiros como forma de geração de emprego e renda e de inserção no mercado na perspectiva da ideologia do empreendedorismo ressaltamos: 1) Projeto da floricultura; 2) Projeto de exportação do óleo de piqui; 3) Projeto de plantio e exportação da faveira.

O Projeto das Flores recebeu financiamento do PRONAGER (Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda) ligado ao Ministério da Integração Nacional com apoio da Secretaria Estadual de Agricultura. O projeto foi iniciado em 2003 quando foi construída uma estufa para a produção de mudas de roseiras com capacidade para 20 mil mudas. Apesar do número reduzido de beneficiados, as agências fomentadoras, têm investido toda a sua capacidade de suporte técnico no projeto piloto, a fim de conquistar mais famílias para o empreendimento alternativo das culturas tradicionais, como a mandioca e o piqui.

Por outro lado, algumas famílias observam o projeto com certa desconfiança, pois não percebem o sentido da criação de mais uma Associação, como nos disse um entrevistado: “Então em reunião eu tenho discutido se já somos sócios da associação de moradores pra quê mais uma associação? Então o que tá organizando o projeto diz: mais tem que ter. Então vamos lá”. Na verdade Cacimbas possui hoje três associações que dividem seus moradores entre: Associação Santa Rita, Associação de Moradores de Cacimbas e Associação dos Floricultores. E o risco que se corre é o de ter uma comunidade enfraquecida e fragmentada em seu poder de decisão e mobilização.

Com relação à construção da fábrica e à exportação de óleo de piqui temos a importante atuação do Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis. Segundo um folheto de propaganda institucional, o IBENS é uma ONG que tem funcionado como um laboratório de fomento de iniciativas promissoras em setores como o de manejo de recursos florestais madeireiros, pesqueiros e de produtos florestais não madeireiros certificados, agricultura orgânica, turismo sustentável, energias alternativas e águas. Também atua na identificação de demandas de mercado, desenvolvimento de estratégias competitivas de novos negócios, atração de capital e investidores, treinamento de pessoal em habilidades gerenciais, busca de tecnologias de baixo impacto. Tem por missão a realização de negócios éticos, sustentáveis e rentáveis por meio da educação. Por fim seus objetivos estão resumidos em: formação de empreendedores, eficiência sustentada e aproximação com as universidades.

O IBENS foi criado em 2001 em São Paulo por ambientalistas e financiadores e está voltado para o desenvolvimento do empreendedorismo nas comunidades rurais, organizações da sociedade civil e pequenas e médias empresas. Trazido pelo IBAMA, o IBENS está presente desde 2002 em Cacimbas, onde realizou diagnóstico e estudo sobre o piqui, elaborou um plano de negócios para identificar oportunidades para a comunidade, e construiu uma micro unidade de processamento do óleo de piqui.

Atualmente, o “Projeto Piqui” (como o IBENS denomina sua atuação na comunidade) desenvolve relacionamento com as indústrias dos setores farmacêutico e de cosméticos para a compra do óleo produzido. Podemos caracterizá-la como uma prestadora de serviços terceirizados entre as Associações de pequenos produtores e a empresa COGNIS, e sua intervenção na Chapada do Araripe se deve ao fato de ter desenvolvido outros trabalhos para o IBAMA, principalmente na região amazônica.

Através de uma parceria comercial a nível nacional entre CNPT/MMA/IBAMA e a multinacional do ramo de cosméticos COGNIS, as associações e as cooperativas extrativistas estão vendendo óleos vegetais como o da andiroba, copaíba, castanha da Amazônia, cupuaçu, e piqui, entre outros.

No caso da comunidade Araripana de Cacimbas o piqui é extraído, exportado para São Paulo e utilizado na produção de óleos hidratantes, sabonetes, xampus, batons e demais produtos de beleza. A empresa COGNIS<sup>7</sup>, por sua vez, que é um consórcio da Schroder Ventures (Inglesa) com a Goldman Sachs Capital Partners (EUA) atende a fabricantes mundiais de detergentes, limpadores e cosméticos nos cinquenta países onde atua<sup>8</sup>.

O terceiro projeto é o da faveira; fava d’antas ou favela é uma leguminosa do gênero *Dimorphandra*. É outra espécie vegetal extraída pela FLONA-Araripe que, a exemplo do piqui, também é coletada pelos moradores de Cacimbas. É utilizada como planta estimulante, tônica, e para combater dores de ouvido. De menor valor comercial no mercado local, uma das alternativas incentivadas pelo IBAMA é um projeto de exportação para a MERCK na Alemanha, via porto de Itaqui em São Luís do Maranhão.

As processadoras, como o laboratório MERCK, extraem da fava d’antas os princípios ativos rutina, quercetina e ramnose, usados na fabricação de medicamentos e

---

<sup>7</sup> A COGNIS era a divisão química da Alemã ‘Henkel KGaA’ vendida em 2001 para o consórcio Anglo-Americano. Possui três divisões: oleochemicals, care chemicals e especialidades orgânicas. No Brasil, possui fábrica em Jacareí (SP), escritório em São Paulo e filiais em Porto Alegre (RS) e Recife (PE).

<sup>8</sup> Sobre a listagem de países com os quais a COGNIS desenvolve algum tipo de relação comercial, ver folheto de propaganda institucional disponível em <http://www.cognis.com/cognis.html>.

cosméticos no exterior. A MERCK processa a faveira em São Luis há cerca de trinta anos e, recentemente, resolveu investir na comunidade de Cacimbas. A aquisição de terras de interesse industrial pela multinacional alemã foi um grave erro em nossa avaliação. Simplesmente a MERCK contratou parte dos moradores de Cacimbas, desflorestou e tombou por terra as demais espécies e só deixou em pé as faveiras. No terreno desbastado plantou mudas de favas produzidas na própria comunidade com o crivo do IBAMA, que denomina de repovoamento de espécies nativas a prática e o desenvolvimento da monocultura da faveira conforme demonstramos em trabalho anterior (GONÇALVES, 2005). A criação de um viveiro de mudas e a geração de pouco mais de uma dezena de empregos são as justificativas apresentadas como forma de melhoria da qualidade de vida das pessoas da comunidade.

Na visão reducionista dos parceiros da comunidade de Cacimbas expressa através do IBAMA, que detém o controle legal de gerência do território da FLONA-Araripe, o espaço do mercado é a única alternativa viável de autonomia para a população tradicional. Desconsiderar o manejo sustentável e produtivo dos recursos naturais que vem sendo praticado ao longo das últimas décadas em nome de projetos com interesses imediatistas e visão estreita do empreendedorismo, formulados em espaços distantes, é correr o risco de resultados instantâneos e desvinculados de qualquer sentimento de confiança e reciprocidade por parte dos piquizeiros.

Por mais que o discurso dos piquizeiros afirme a aceitação das idéias gestadas fora do lugar de moradia, algumas questões ressaltam: Por quê no universo das cerca de 275 famílias que habitam Cacimbas, somente 16 participam do projeto das flores? Por quê os projetos da faveira e do piqui, que geram emprego e renda, não impedem o processo de migração temporária para trabalhar no perímetro irrigado de Petrolina ou nos canaviais do interior de São Paulo? Na verdade, está em jogo outra perspectiva de ordenamento da população economicamente ativa. Os projetos de políticas públicas não contemplam suficientemente toda a população de modo a gerar desenvolvimento local, restando a alternativa da migração.

A questão da migração como busca de complementação da renda principal é uma questão latente e já foi incorporada ao ciclo anual da produção da comunidade, sobretudo da população jovem. A história da migração está muito presente em todas as famílias, desde os primeiros habitantes que chegaram em romaria oriundos de Alagoas, ou daqueles que na década de 1960 migraram para as florestas do Pará para trabalhar na coleta das folhas de Jaborandi.

Na verdade, a questão da geração de emprego e renda, tão presente nos discursos das agências de Estado, e assimilados pelos habitantes de Cacimbas, não considera a totalidade do problema. O Banco do Nordeste que realiza estudos e libera recursos para Cacimbas, é o mesmo que desenvolve investimentos no perímetro irrigado de Petrolina. A separação entre a política social e a política econômica e o modo fragmentado e reducionista de conceber o desenvolvimento regional são os principais responsáveis pela continuidade do processo migratório e da não resolução dos problemas sociais das comunidades do Araripe.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Sertão amigo, eu to vendo  
Que os teus novo camponês,  
Hoje ainda tão fazendo  
Aquilo que os véio fez.  
Que doce felicidade  
Eu gozei na mocidade,  
Nesta santa ingorfação!  
Quando se acabava Maio,  
Já começava os insaio  
Do santo mês de S. João.*

*Como o ricaço usuraro  
Guarda uma moeda de ôro  
Fiz do meu peito sacraro  
E guardei estes tesôro.  
E aqui, dentro do meu peito,  
Inda tá tudo perfeito,  
Não mudaro de feição  
As duas fotografias,  
Do santo mês de Maria  
E das festa de S. João  
(ASSARÉ, 1999, Eu e o Sertão: 24).*

A existência dos piquizeiros que habitam a Chapada do Araripe ocorre graças à indicação das terras pelo Padre Cícero e, sobretudo, pela presença da árvore do piqui. Essa questão passaria despercebida se não fosse pelo fato da Chapada abranger uma teia altamente complexa de reprodução da biodiversidade tendo o piquizeiro como seu principal guardião e fiscal. A riqueza desta concentração de biodiversidade desperta interesses nas grandes corporações capitalistas, sobretudo as multinacionais. O domínio de algumas espécies da flora altamente frágeis como o Jatobá, a Janaguba, a Faveira e o Piqui, ou de espécies da fauna, como o Zabelê, diversos tipos de gaviões,

onças, raposas, veados, tatus, cutias, cobras, lagartos e diversas espécies de anfíbios refletem por si só a relevância biológica da região e a atenção e o cuidado que não podem ser dispensados por parte do Estado.

De um lado temos a comunidade de Cacimbas, referenciada nos valores solidários e no ciclo espaço-tempo de seus antepassados. Valores comunitários de base religiosa difundidos sobretudo pelo Padre Cícero Romão Batista. Do outro lado temos o IBAMA exercendo o papel de mobilizador social e dinamizador econômico. O discurso sobre autonomia do IBAMA não corresponde ao sentido deste conceito entre os piquizeiros.

O empreendedorismo orientado única e exclusivamente pelo mercado tira do primeiro plano o sucesso de qualquer projeto com visão comunitária. O espírito da competitividade elimina qualquer possibilidade de integração e solidariedade; ele estimula, ao contrário, a fragmentação dos núcleos familiares e dos vínculos comunitários como as festas e as renovações religiosas. Dessa forma, assistimos a uma agência estatal privilegiando outros modos de desenvolvimento ao favorecer outros segmentos ligados a empresas multinacionais enquanto o piquizeiro, com a cara e a coragem sertaneja, vai reconstruindo o seu dia-a-dia. Enfim, o que está em evidência é uma situação de paradoxo que gera conflitos de paradigmas impostos pela realidade de projetos de desenvolvimento com concepções distintas de meio ambiente.

Nesta relação ambígua e, de certo modo, autoritária, embasada na força dos artigos da lei, vemos a disputa velada pelo uso e pela apropriação da natureza como fonte de subsistência e de reprodução social, e de uso dos recursos naturais para o mercado exportador. Dessa forma, assistimos a disputas em torno das diferenciadas representações de mundo do Estado, das corporações privadas e da população tradicional dos piquizeiros.

## **8. REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE JUNIOR, J. 1994. **O piqui**. A Província, Crato.

ASSARÉ, P. do. 1999. **Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes.

CRUZ, G. L. 1982. **Dicionário das Plantas Úteis do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira/Difel.

DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.S.V. (Org). 2001. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP.

LEFF, E. et al. 2002. **La Transición hacia el Desarrollo Sustentable. Perspectivas de América Latina y el Caribe**. México: INE-SEMARNAT/UAM/PNUMA.

LOURENÇO FILHO, M.B. 1926. **Juazeiro do Padre Cícero**. São Paulo: Ed. Melhoramentos.

GOMES, L.J. 2000. Extrativismo e biodiversidade: o caso da fava-d'anta. **Revista Ciência Hoje**, v. 27, n. 161, p.p 66-69.

GONÇALVES, C.W.P. 2001. **Geo-grafias: Movimentos sociais, Territorialidad y Sustentabilidad**. México: Siglo XXI.

GONÇALVES, C.U. 2004. A Invenção da Região do Cariri entre o Messianismo e a Ética Capitalista. In: LIMA, M.V. de & MARQUES, R. (Orgs.). **Estudos Regionais: Limites e Possibilidades**. Crato/CE: Ed. CERES/NERE.

GONÇALVES, C.U. 2005. Ética e diferenciação interna do trabalho na ordem territorial e ambiental do Cariri Cearense: solidariedade e conflito. **Tese de Doutorado**. Niterói: PPGeo/UFF.

IBAMA/MMA. 2003. **O modelo de gestão das ações do IBAMA voltadas à conservação da natureza e uso sustentável dos recursos naturais: um enfoque biorregional**. Brasília: IBAMA/MMA.

IBENS. 2005. **Matéria-prima para a indústria farmacêutica e de cosméticos sem agredir a natureza**. Fonte: Disponível em: <<http://www.ibens.org>>. Acessado em: 25 de junho de 2005.

MMA/FUNDETEC/URCA. 1999. **Relatório do projeto Araripe de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável da APA Chapada do Araripe e da Bio-**

**região do Araripe.** Convênio MMA n. 97 CV 0026 zoneamento ambiental, plano de gestão da área de proteção ambiental da Chapada do Araripe – CE/PE/PI. Crato-Ceará.